



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2026**  
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, quanto ao crescimento dos casos de feminicídio, tentativas de feminicídio e violência contra a população LGBTQIA+, entre 2023 e 2025, bem como sobre as políticas, ações, execução orçamentária e resultados, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, quanto ao crescimento dos casos de feminicídio, tentativas de feminicídio e violência contra a população LGBTQIA+, entre 2023 e 2025, bem como sobre as políticas, ações, execução orçamentária e resultados, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam encaminhados:

- 1) *Os dados oficiais, detalhados e desagregados, referentes a 2022, 2023, 2024 e 2025 sobre:*
  - *feminicídios consumados;*
  - *tentativas de feminicídio;*
  - *homicídios motivados por LGBTQIA+fobia;*
  - *localização dos crimes; perfil das vítimas e dos autores.*
- 2) *A Cópia integral dos relatórios, balanços, estudos e diagnósticos produzidos pelo MJSP e SENASP sobre o tema, no período citado.*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

- 3) *Informar todos os programas, planos, políticas e ações implementadas pelo Ministério, para enfrentamento do feminicídio e violência homofóbica, com datas, objetivos, metas e critérios de avaliação.*
- 4) *Detalhar a execução orçamentária entre 2023 e 2025 destinada à área, indicando:*
  - *valores autorizados, empenhados e pagos;*
  - *recursos contingenciados;*
  - *distribuição regional dos repasses.*
- 5) *Informar se houve campanhas nacionais oficiais de conscientização, prevenção e informação. Em caso positivo, encaminhar:*
  - *peças publicitárias;*
  - *contratos;*
  - *custos totais;*
  - *resultados medidos.*
- 6) *Informar que medidas de apoio e integração com estados e municípios foram adotadas, e quais resultados concretos foram alcançados.*
- 7) *Encaminhar todos os documentos comprobatórios referentes às respostas acima.*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, entenda como relevantes, para demais esclarecimentos sobre o tema.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil atravessa, nos últimos anos, uma escalada brutal de violência contra mulheres e contra a população LGBTQIA+, revelando um fracasso estarrecedor das políticas federais de proteção aos grupos vulneráveis.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

O que se vê, objetivamente, é um país que se acostumou a noticiar feminicídios quase diariamente, enquanto o Governo Federal limita-se a discursos ideológicos, propaganda política e retórica identitária, sem entregar resultados concretos, mensuráveis e eficazes<sup>1</sup>.

Entre 2023 e 2025, período que coincide com a atual gestão presidencial, observou-se crescimento expressivo tanto dos feminicídios consumados quanto das tentativas de feminicídio, além da violência homofóbica letal, colocando o Brasil em posição vergonhosa no cenário internacional. Não se trata de mera oscilação estatística: trata-se de uma curva sustentada de agravamento, acompanhada de aparente incapacidade administrativa, ausência de políticas preventivas eficientes, e nítido déficit de governança na área da segurança pública.

O próprio Ministério da Justiça reconheceu oficialmente a gravidade da situação. Isso significa que o problema não é especulativo: é reconhecido pelo próprio órgão responsável pela coordenação nacional da segurança pública. Ainda assim, o que se percebe é um distanciamento entre o problema real e as respostas governamentais. Não há clareza sobre planejamento estratégico, não há transparência na execução orçamentária, não há campanhas duradouras de prevenção, não há resultados concretos que demonstrem compromisso verdadeiro com a vida das vítimas.

Quando o Estado falha em proteger mulheres e cidadãos LGBTQIA+, ele falha em sua função mais básica: garantir o direito fundamental à vida. E essa falha tem responsáveis. O Governo Federal não pode se esconder atrás de discursos emocionais, slogans políticos ou manipulação narrativa. Ou existe gestão pública eficiente, ou existe omissão. Os números indicam o segundo cenário.

Salienta-se, que em um país em que mulheres continuam sendo mortas por sua condição de gênero e pessoas são assassinadas pela sua orientação sexual, o Poder Legislativo tem o dever constitucional de fiscalizar, cobrar, exigir transparência e responsabilização. Não é aceitável que um governo que se apresenta como defensor das minorias seja justamente aquele

<sup>1</sup> <https://www.contrafatos.com.br/femicidio-e-violencia-homofobica-disparam-sob-o-governo-lula/>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO**

sob o qual esses grupos se tornam ainda mais vulneráveis.

Diante disso, este Parlamento precisa de dados, documentos, relatórios, execução orçamentária detalhada e explicações técnicas, pois o silêncio administrativo ou respostas superficiais, não atenderão ao interesse público. O Brasil exige clareza, responsabilidade e compromisso real com vidas humanas — não retórica política.

Sala das Sessões, em        de        , de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**  
*PL/GO*

